

Jordana Silva Rosa

“Mãe é mãe, mas e o pai?” O pai ajuda

Uberlândia

2025

Jordana Silva Rosa

“Mãe é mãe, mas e o pai?” O pai ajuda

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Psicologia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juçara Clemens.

Uberlândia

2025

Jordana Silva Rosa

“Mãe é mãe, mas e o pai?” O pai ajuda

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juçara Clemens.

Banca Examinadora

Uberlândia, 19 de setembro de 2025

Prof.^a Dr.^a Juçara Clemens (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a M.^a Isabela Nunes Pizzotti Ferreira
Universidade Federal de Uberlândia

M.^a Marina Abreu Dias
Universidade Federal de Uberlândia

M.^a Bruna Caixeta Alves Teixeira
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia

2025

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família, pelo amor e apoio incondicionais em todos os momentos da minha vida. À minha mãe, por ter me apresentado à Psicologia e me inspirado a trilhar esse caminho. Ao meu pai e às minhas irmãs, que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu mesma duvidava da minha capacidade, sendo meu porto seguro e fonte da minha força. Um agradecimento especial ao meu pai, cuja presença constante, amorosa e participativa em toda a minha criação foi inspiração para a escolha do tema deste trabalho.

À minha orientadora meu profundo agradecimento por ter me acolhido desde o início, pela escuta atenta, pelo incentivo, pela paciência e pelos ensinamentos valiosos que levarei para minha trajetória profissional. Sua contribuição foi essencial para a construção e finalização deste trabalho.

Às minhas amigas, que estiveram ao meu lado ao longo da graduação, agradeço a amizade, parceria e apoio nos momentos mais desafiadores, tornando essa caminhada mais leve e significativa.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Banco de Leite Humano do Hospital de Clínicas, sou grata pelo espaço de aprendizagem e pelas experiências que tanto enriqueceram minha formação. À equipe do banco de leite, pelo acolhimento ao projeto de extensão, e às mães e famílias atendidas, que generosamente compartilharam suas histórias, possibilitando a realização deste trabalho.

“Mãe é mãe, mas e o pai?” O pai ajuda

“A mother is a mother, but what about the father?” The father helps.

Jordana Silva Rosa¹

Juçara Clemens²

RESUMO

Este trabalho, fundamentado na metodologia psicanalítica, analisa a presença e a ausência paterna no contexto da amamentação, a partir de uma experiência extensionista no Banco de Leite Humano (BLH) do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU), realizada entre agosto e novembro de 2023. O projeto teve como objetivo oferecer uma escuta sensível a mães e usuários do serviço, articulando teoria e prática. Foram realizadas 11 escutas, das quais apenas duas contaram com a presença física do pai. No discurso das mães, este surgiu de forma pontual, geralmente como alguém que “ajuda”, evidenciando um imaginário coletivo que centraliza o cuidado infantil na figura materna. A análise, apoiada em Winnicott, Iaconelli, Chodorow e Biroli, aponta que essa configuração é fruto de construções históricas e socioculturais marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelo mito da incapacidade paterna. Defende-se que o cuidado deve ser compreendido como função relacional, compartilhada entre os responsáveis, sendo a corresponsabilidade paterna fundamental para a constituição de um ambiente suficientemente bom, favorecendo o desenvolvimento psíquico da criança e contribuindo para maior equidade de gênero. Conclui-se que a extensão universitária é espaço privilegiado para problematizar discursos naturalizados e fomentar novas perspectivas sobre a parentalidade.

Palavras-chave: Psicanálise. Extensão universitária. Paternidade. Cuidado. Banco de Leite Humano.

ABSTRACT

This study, grounded in the psychoanalytic methodology, analyzes paternal presence and absence in the context of breastfeeding, based on an extension experience at the Banco de Leite Humano (BLH) of the Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU), between August and November 2023. The project aimed to offer sensitive listening to mothers and service users, articulating theory and practice. Eleven listening sessions were conducted, of which only two included the father's physical presence. In mothers' narratives, the father appeared occasionally, usually as someone who “helps,” reflecting a collective imaginary that centers childcare on the maternal figure. The analysis, supported by Winnicott, Iaconelli, Chodorow, and Biroli, indicates that this configuration stems from historical and sociocultural constructions, marked by the sexual division of labor and the myth of paternal incapacity. It is

¹ Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / Undergraduate degree student in Psychology, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (jojoestagio@gmail.com).

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; estágio pós-doutoral em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, Brasil; professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / PhD in Psychology, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; post-doctoral internship in Psychology, Pontifical Catholic University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; associate professor at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (jucclemens09@gmail.com).

argued that care should be understood as a relational function, shared among caregivers, with paternal co-responsibility being essential for the constitution of a “good enough” environment, fostering the child’s psychic development and contributing to greater gender equity. It is concluded that university extension is a privileged space that challenge naturalized discourses and promotes new perspectives on parenting.

Keywords: Psychoanalysis. University extension. Fatherhood. Care. Human Milk Bank.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos pilares que sustentam a universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Ela desempenha um papel fundamental ao propiciar um espaço de integração entre a teoria e prática, promovendo a troca de saberes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (Gadotti, 2017). A extensão, nas universidades brasileiras, foi criada tardiamente, na primeira metade do século XX, e só a partir das décadas de 1950 e 1960 começou a assumir seu papel social, influenciada pelos movimentos populares e, em especial, pela atuação da União Nacional dos Estudantes (Gadotti, 2017).

Anos mais tarde, com a Reforma Universitária de 1968 (lei n. 5.540/68), foi determinado que “As universidades e instituições de ensino superior deveriam compartilhar com a comunidade, por meio de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas realizadas” (Brasil, 1968). No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, movimentos populares e organizações não-governamentais e sindicais deram uma nova perspectiva à extensão universitária, direcionando-a para a educação popular (Brandão, 1982). Contudo, segundo Gadotti (2017), foi com a Constituição de 1988 que o princípio da “Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” foi consolidado (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 (lei n. 9.394/96), reforçou ainda mais a importância da extensão universitária, definindo-a como uma das finalidades essenciais da universidade (Brasil, 1996). Frente a esses avanços, tornou-se obrigatória a inclusão da carga horária de extensão nos currículos universitários (Paula, 2013).

Diante do entendimento da riqueza que a experiência da extensão pode proporcionar na formação de um graduando, uma das autoras buscou participar de uma prática extensiva. Esta ocorreu em um Banco de Leite Humano (BLH), cujo projeto tem como objetivo ofertar uma escuta sensível³ sobre a amamentação, o puerpério, a maternidade e a paternidade à(o)s

³ A escuta sensível, no contexto extensionista, pode ser compreendida como a abertura para acolher tanto as expressões verbais quanto aquelas não-verbais (olhares, gestos, posturas, toques, distâncias) e paraverbais (como o tom, o ritmo da fala, suspiros e risos). Inspirada na técnica psicanalítica, essa escuta busca criar condições para

usuárias(os) da instituição. Essa ação, oferecida aos discentes do curso de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), teve por finalidade não só proporcionar um espaço de desenvolvimento da prática dos alunos, mas também um campo de responsabilidade com a comunidade, ofertando uma escuta às mães e acompanhantes do BLH do HC-UFU, além de promover a troca de saberes. O BLH do HC-UFU é uma das 238 unidades no território brasileiro, especializado na coleta, pasteurização e distribuição de leite humano para bebês da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (Utin), bem como na orientação à lactação humana, ao promover, apoiar e assistir a amamentação (FIOCRUZ, 2025). O BLH faz parte do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) e é composto por uma equipe multiprofissional, tais como nutricionistas, pediatras, fonoaudiólogos, profissionais de orientação ao aleitamento humano, estagiários e extensionistas da nutrição e da psicologia. Nesse contexto, durante a experiência, as usuárias do BLH com as quais a autora mais teve contato foram mulheres que estavam com seus bebês internados na Utin, e mulheres que apresentavam alguma dificuldade na amamentação. Elas buscavam atendimento no BLH frequentemente seguidas de suas mães e, raramente, acompanhadas do pai do bebê.

Winnicott (1996) afirma que a amamentação representa mais do que o ato de nutrir, é também um canal de comunicação e vínculo entre o bebê e o cuidador. Ainda que o leite humano não seja indispensável para o desenvolvimento psíquico da criança, os cuidados oferecidos nesse período – como acolhimento, afeto e sensibilidade – são fundamentais para o amadurecimento emocional do recém-nascido. Segundo o autor, esses cuidados caracterizam-se como “suficientemente bons” quando sustentam um ambiente de segurança e continuidade para o desenvolvimento infantil⁴.

Winnicott (2006) descreve, em sua teoria, o “ambiente suficientemente bom” como aquele que oferece estabilidade e condições favoráveis ao desenvolvimento adequado das crianças. Para o autor, esse ambiente deve proporcionar afeto, suporte emocional e segurança, de modo a sustentar o potencial de amadurecimento com o qual o bebê já nasce. Assim, ainda que o recém-nascido traga consigo a possibilidade de se desenvolver emocionalmente, é o ambiente que facilita e viabiliza esse processo (Winnicott, 2006).

Iaconelli (2020) observa, contudo, que a experiência clínica de Winnicott, predominantemente marcada pela presença de mães e bebês, levou-o a sustentar um discurso

que o sujeito fale livremente sobre suas vivências, sem interrupções ou direcionamentos, favorecendo o surgimento de sentidos próprios (Figueiredo; Vitalli; Clemens, 2024).

⁴ Cuidados “suficientemente bons”, segundo Winnicott (1996), referem-se àqueles que oferecem suporte físico e emocional estáveis para o bebê, sem exigir perfeição, mas garantindo um ambiente de confiança e continuidade.

maternalista, atribuindo à mulher uma qualidade singular de cuidado. No entanto, o próprio conceito de ambiente suficientemente bom não implica, necessariamente, a presença da mãe biológica, mas pode ser constituído por diferentes sujeitos que reconheçam e respondam às necessidades do bebê. Nesse sentido, Chodorow (2002) argumenta que a capacidade de cuidar está vinculada ao fato de todos já terem sido bebês um dia, e experimentado ser cuidados. Assim, independentemente de gênero, sexo ou sexualidade, qualquer cuidador pode se identificar suficientemente com um bebê e exercer funções de cuidado.

Para Winnicott (2000; 1983), embora seja a mãe quem amamente com leite humano, o pai é parte da sustentação de um ambiente suficientemente bom, seja efetivando as tarefas domésticas e os cuidados com o bebê, ficando com ele enquanto a mãe descansa, e oferecendo apoio emocional, seja alimentando a criança através da chamada fórmula, do leite industrializado, ou do leite humano coletado e ofertado posteriormente com recursos para tal⁵. A participação e a compreensão do pai são significativas e impactam a duração do aleitamento (Tameirão, 2012). É essencial que ele esteja ao lado da mãe em caso de complicações, como fissuras mamárias, mastite, ingurgitamento mamário ou pega incorreta do bebê. Nessas situações, o pai tem um papel fundamental na manutenção da amamentação, seja oferecendo apoio emocional à mulher, ajudando-a a ajustar a posição do bebê ou auxiliando na ordenha (Silva *et al.*, 2012). Dada a ênfase que os autores colocam nos cuidados maternos, e a pouca menção aos cuidados paternos no primeiro ano de vida do bebê, o pai assume uma posição secundária, enquanto à mãe, por construção social – que se diz baseada em um determinismo biológico –, são atribuídas as principais responsabilidades para com a criança.

Os cuidados proporcionados pelo pai, mesmo quando semelhantes aos da mãe, oferecem uma nova experiência subjetiva para a criança (Castoldi; Gonçalves; Lopes, 2014). De acordo com Aberastury (1991), o contato corporal diário entre o pai e o bebê é uma referência importante na organização psíquica da criança, pois exerce uma função estruturante para o desenvolvimento do ego – instância psíquica consciente, responsável por interpretar realidade, emoções, percepções e mediar a relação entre o indivíduo e o meio (Laplanche; Pontalis, 1999). Segundo Santos e Antúñez (2018), a presença afetiva do pai desde os primeiros momentos enriquece o psiquismo infantil, trazendo diversidade às experiências do bebê.

Durante a participação de uma das autoras, destacou-se a rara companhia dos pais dos bebês atendidos no BLH. Quando presentes, não participavam da orientação ao aleitamento, mantinham-se na sala de espera, sempre envolvidos com o aparelho celular. Ao longo dos

⁵ O uso de copinhos ou colheres é recomendado como alternativa à mamadeira, para evitar confusão de bicos e preservar o aleitamento materno.

quatro meses da prática extensiva, apenas o comportamento de um dos pais chamou atenção pelos cuidados com a mãe, a forma como se direcionou, interagiu e manuseou afetivamente o bebê. Embora não tenha participado da orientação, era nítido seu interesse e preocupação em estar presente com a mãe e o filho.

A temática escolhida se entrelaça com a história pessoal da extensionista, por contrastar com a realidade observada no Brasil e, particularmente, no BLH do HC-UFU. Em sua vivência, contou com a presença ativa e afetiva do pai desde sua mais remota existência, tal como na gestação, no parto e no acompanhamento e interesse por todo o processo da amamentação e fases do desenvolvimento infantil – não apenas como apoio, mas assumindo integralmente funções e cuidados primordiais para com o bebê. Diante dos dados do IBGE (2024), que indicam a existência de mais de 11 milhões de mães solo no Brasil, o encontro com essas mulheres no contexto do BLH mobiliza afetos e levanta a necessidade de discussão sobre a ausência paterna como campo a ser analisado.

Assim, este trabalho tem como objetivo refletir, com base na experiência extensionista, sobre a presença/ausência da figura do pai durante o processo de amamentação, bem como sobre o papel dos cuidados paternos no desenvolvimento do recém-nascido.

MÉTODO

Essa ação extensiva foi aprovada pela Sistema de Informação de Extensão (Siex), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob o número 27.886. Sua realização no Banco de Leite Humano do HC-UFU ocorreu no período de agosto a novembro de 2023. Cada extensionista tinha carga horária de 12 horas semanais com atividades a serem cumpridas, sendo 4 horas presenciais no BLH, quando era ofertada escuta psicanalítica às pessoas que buscavam algum dos serviços, 4 horas de supervisão grupal e 4 horas de estudo teórico e produção escrita. Após cada atividade presencial era produzido um relato narrativo, enviado para a coordenadora do projeto e discutido em grupo, acerca de seus aspectos e/ou fenômenos. Todos os relatos descreviam e registravam as escutas psicanalíticas realizadas, as impressões e os afetos despertados durante o encontro com cada pessoa.

Freud (1996) defende que a Psicanálise pode ser entendida tanto como um método de pesquisa, quanto como um modo de tratamento. Na prática clínica, significa que o processo se baseia na investigação, utilizando técnicas para promover o cuidado à saúde mental. Como método de pesquisa, a psicanálise parte do princípio de que o inconsciente é um sistema psíquico e possui conteúdos diretamente inacessíveis à consciência, mas exerce uma influência

determinante sobre nossos modos de ser, nossas escolhas e os padrões de reprodução que se manifestam nas falas e ações.

A escuta psicanalítica, eixo central dessa experiência, refere-se à escuta do inconsciente, isto é, daquilo que se manifesta de modo indireto por meio repetições, gestos, silêncios e afetos, e não apenas pelo conteúdo consciente da fala (Freud, 1996). Tal escuta só se efetiva dentro de uma relação transferencial, na qual o sujeito atualiza, no vínculo com o analista, relações anteriores, abrindo espaço para emergir conteúdos recalcados. A transferência, portanto, constitui-se como fenômeno clínico essencial, que sustenta a possibilidade de elaboração psíquica.

Paula Heimann (1950) expandiu a ideia de contratransferência proposta por Ferenczi, como resposta emocional do analista aos afetos do paciente. Laplanche (1999) considera a contratransferência parte inevitável e constitutiva do processo analítico. Entende que o analista também está implicado na relação e que sua escuta não é neutra. Dessa forma, durante os encontros grupais também eram discutidos e acolhidos os afetos gerados pelas idas ao BLH, tanto por cada extensionista como pelo grupo. A produção textual elaborada durante toda a experiência de uma das extensionistas será material de análise deste trabalho baseado na metodologia psicanalítica.

Herrman (2001) faz uma crítica à psicanálise exercida pelos pós-freudianos, que acabaram por confundir o método psicanalítico com a técnica psicanalítica, reduzindo-a ao tratamento clínico com padrões rigorosos do *setting*⁶, estabelecidos pelo criador da psicanálise. Como modo de sobrelevar tal questão, Herrmann (2001) defende uma clínica extensa, definida pelo que nomeou de “Alta Teoria”, uma forma de teorização mais profunda, que vai além da metapsicologia⁷ e se aprofunda na exploração do método psicanalítico, sem se confundir com a técnica que dele deriva. Sua aplicação ultrapassa o psiquismo individual, englobando toda a amplitude do sentido humano, ou seja, do homem e seu mundo.

Para o autor, o inconsciente não é um depósito de conteúdos inacessíveis à consciência, como teorizado por Freud, mas o avesso da consciência, um elemento estrutural que influencia sua forma e seus conteúdos emocionais. Assim, cada ato psíquico, cada manifestação da consciência e cada relação são determinados por um inconsciente específico, a eles relacionados (Herrmann, 2004). Por essa razão, Herrmann (2001) denomina esse conceito de inconsciente

⁶ *Setting Standart* refere-se ao conjunto de condições que estruturam a situação analítica tradicional, como o número de sessões semanais, o uso do divã, a postura do analista etc. (Greenson, 1967).

⁷ Metapsicologia é uma teoria que explica o funcionamento do aparelho psíquico e o comportamento, com base em alguns princípios gerais. As formulações da metapsicologia descrevem os fenômenos mentais do aparelho psíquico, que se referem aos aspectos topográficos, dinâmicos e econômicos (Laplanche; Pontalis, 1999).

relativo, ou campo, referindo-se a um conjunto de regras que se ocultam para mascarar sua influência sobre a consciência.

A Psicanálise Aplicada, denominada por Herrmann (2001) como clínica extensa, e por Laplanche (1999) como psicanálise extramuros, refere-se à utilização do método psicanalítico além do *setting standart*. Embora Freud não tenha conceituado formalmente a psicanálise aplicada, ele se dedicou a esse tipo de prática analítica desde o início de sua obra, uma vez que não se restringia à análise de seus pacientes, mas também empregou o método para explorar produções artísticas, aspectos culturais, dinâmicas sociais e o funcionamento psíquico humano (Mezan, 1985).

Na Teoria dos Campos, de Herrmann (2001), o campo é entendido como uma dimensão que vai além do indivíduo isolado, abrangendo as relações e trocas simbólicas que tecem o encontro entre sujeitos. Dessa forma, cada manifestação psíquica, discurso ou relação, está inserida em um campo específico, influenciado por fatores históricos, culturais e sociais. Diferentemente de uma abordagem centrada exclusivamente no psiquismo individual, o campo se refere ao espaço intersubjetivo onde os sentidos e significados são produzidos e transformados.

Barone *et al.* (2005) esclarecem que a clínica extensa não se limita à aplicação e compreensão do método psicanalítico em ambientes externos, mas é sustentada pelo conceito de função terapêutica, assim, mesmo a prática do método pode se configurar como clínica extensa. A função terapêutica se torna central na Teoria dos Campos, pois quando ocorre uma ruptura, não apenas se abre um espaço para o conhecimento, mas também para a transformação. Essa ruptura refere-se a um momento em que o campo simbólico e relacional, até então sustentado por padrões inconscientes de funcionamento, é desestabilizado. Trata-se de um acontecimento que rompe a repetição automática de sentidos e abre possibilidade para novos significados. Tal efeito não se restringe ao paciente no momento da análise, pode emergir em qualquer contexto em que haja fenômenos psíquicos.

Nesse sentido, a experiência extensionista fundamenta-se nesse referencial, uma vez que acontece fora de espaços convencionais, sendo ofertada escuta acerca das vivências de cada uma das pessoas que buscam o BLH. Mesmo que durante as escutas possa não ter ocorrido uma ruptura de campo, sua função terapêutica propiciou e facilitou a transformação dos afetos e as vivências dessas mães, as falas de suas angústias, medos e experiências, sustentadas por uma relação e escuta sensíveis por parte da extensionista.

Inspirada em Bleger (1980), que destaca como, mesmo focando o particular de cada sujeito é possível identificar constantes gerais, essa perspectiva foi trazida para a experiência

extensionista, da oferta de escuta para cada uma das pessoas; a singularidade de cada acontecimento não impede o estabelecimento de padrões recorrentes, ou seja, das condições que se repetem com mais frequência. Assim, ao retornar ao material escrito de modo narrativo, produzido a partir das atividades realizadas dentro do BLH, e às leituras realizadas através de uma técnica flutuante, que se aproxima e se articula com a técnica psicanalítica de atenção flutuante, um estado de atenção em que o analista escuta o que o paciente diz, sem privilegiar nenhum elemento específico, destacou-se um campo comum, o qual será apresentado a seguir. Diante dos vários relatos nos quais não havia a presença do pai nem fisicamente e nem na fala da mãe, destacou-se o campo a ser discutido e analisado neste trabalho que é “Mãe é mãe, mas e o pai?” O pai ajuda.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante a experiência extensionista, ocorreram 11 escutas: dez com mães e duas com acompanhantes. Dentre as mães atendidas, apenas duas estavam acompanhadas pelo pai do bebê e, uma terceira, de seu irmão. Para um desses pais foi oferecida escuta, mas ele se mostrou pouco disponível, respondendo de forma monossilábica e evitando contato visual. O outro demonstrava cuidado e interesse com a mãe e o bebê, porém não foi possível o atender, pois se encontrava ocupado preenchendo a ficha de solicitação de atendimento do BLH. As demais mães estavam acompanhadas por outras mulheres – a maioria suas próprias mães, irmãs, amigas ou colegas de trabalho. Dentre as escutas ofertadas, o tempo variou conforme a abertura dada por cada pessoa. Entre as dez mães, apenas uma mencionou a figura paterna, referindo-se ao pai do bebê como alguém que “ajuda”, sem maiores detalhes do que seria essa ajuda.

Com base nos encontros realizados, com um número bem maior de mulheres do que de homens, destaca-se o envolvimento delas nos cuidados da amamentação. Nossa cultura já reforça o cuidado efetivado por mulheres junto aos bebês e crianças, enquanto ao homem é dada uma posição mais secundária nesses processos, tal como o de alguém que “ajuda” – e não como corresponsável pelos cuidados e desenvolvimento de bebês e crianças. Tal configuração não é aleatória, pois revela um campo cultural permeado e sustentado por marcadores históricos e sociais que naturalizam a desigualdade no exercício da parentalidade (Biroli, 2018).

Para compreender as raízes dessa desigualdade, é fundamental retomar o processo histórico que levou à responsabilização quase exclusiva da mulher pelos cuidados infantis. Segundo Iaconelli (2023), foi a partir do século XVIII, especialmente no contexto europeu, que se consolidou a divisão sexual do trabalho, separando o espaço doméstico, atribuído ao gênero

feminino, do espaço público e econômico, reservado aos homens. Ainda segundo Iaconelli (2023), no século XVIII, na sociedade francesa, as mulheres passaram por um período de relativa liberdade sexual e social, e almejavam uma vida pública. Nesse momento, não havia controle de natalidade eficiente e, por consequência, o eventual nascimento de bebês indesejados crescia exponencialmente. Desse modo, muitos recém-nascidos foram entregues às amas de leite e a terceiros, culminando em negligências e altos índices de mortalidade infantil. Com isso, mais tarde, o aleitamento materno tornou-se uma obsessão, sendo o âmago da questão da vulnerabilidade infantil, assim, as genitoras passaram a ser foco de campanhas de amamentação, e as amas de leite passaram a ser abominadas. Nesse sentido, descreditar a prática da ama de leite e das cuidadoras foi uma tática para atribuir às mães atenção exclusiva aos filhos e, mais do que isso, foi uma demanda para que renunciassem qualquer pretensão para além do âmbito familiar (Iaconelli, 2023).

Inseridas na lógica histórica e cultural de seu tempo, as contribuições de Winnicott (1996), acerca da amamentação como forma de comunicação e vínculo afetivo entre mãe e bebê, indicam um importante ponto de partida para pensar o papel dos cuidadores primários na constituição subjetiva da criança. Embora o autor reconheça que o leite humano em si não seja indispensável ao desenvolvimento psicológico do bebê, ele ressalta que os cuidados oferecidos no contexto da amamentação – como acolhimento, afeto e sensibilidade – são fundamentais para o crescimento infantil.

Contudo, como aponta Iaconelli (2023), o discurso winnicottiano, ainda que extremamente valioso, carrega marcas de um viés maternalista ao se basear em uma clínica majoritariamente composta por mães. Tal viés tende a reforçar a associação entre a figura materna e o cuidado, como se este fosse uma competência exclusiva da mulher. No entanto, ao conceber o ambiente como uma função – e não como uma pessoa específica –, abre-se espaço para a participação de qualquer sujeito que possa se identificar com o bebê e ofertar cuidados suficientemente bons, independentemente de gênero, sexualidade ou parentesco (Iaconelli, 2023; Chodorow, 2002).

A ampliação do conceito de cuidado, proposta por Iaconelli (2023) e Chodorow (2002) – que compreendem o ambiente como uma função relacional, desvinculada de uma identidade exclusivamente materna –, é essencial para refletir sobre o que foi observado durante a experiência extensionista no BLH/HC-UFU. Ao longo das escutas realizadas, destacou-se de forma marcante a centralidade da mãe nos cuidados com o bebê e, em contrapartida, a ausência paterna, nas falas e, de modo concreto, no não comparecimento ao BLH. Tal cenário possibilita acessar a invisibilidade do pai, seu papel de cuidados junto ao bebê marcando uma

invisibilidade também no imaginário coletivo⁸. Das 11 abordagens realizadas, apenas uma mãe mencionou espontaneamente o pai, descrevendo-o como alguém que “ajuda” – o que reforça a lógica cultural que o posiciona como um auxiliar eventual, e não como sujeito ativo na parentalidade, em outras palavras, como um pai que se faz presente em tarefas e atividades de cuidado com o bebê, bem como expressa suas ações quando há oportunidade, tal como estar no BLH e conversar com a extensionista sobre a amamentação de seu bebê.

Esse cenário ilustra uma cultura ainda fortemente marcada por uma divisão desigual dos papéis parentais. Como discutido por Prado *et al.* (2007), mesmo quando há maior envolvimento paterno em relação às gerações anteriores, a participação masculina tende a se restringir a ações pontuais ou lúdicas, distanciando-se dos cuidados cotidianos e emocionais que sustentam a criação de um ambiente suficientemente bom. Tais dinâmicas se alinham ao que Dethiville (2014) descreve como uma paternidade simbólica e ocasional, na qual a presença do pai é mais frequentemente percebida como apoio do que como corresponsabilidade.

Esses dados revelam a ausência paterna nas escutas realizadas e, nas reflexões da extensionista, não apenas uma ausência física no espaço do BLH, mas um possível reflexo de uma cultura construída, sustentada por um imaginário coletivo, que atribui à mulher a função quase exclusiva de cuidadora. Mesmo diante das contribuições de autores como Castoldi, Gonçalves e Lopes (2014), que indicam que os cuidados paternos oferecem experiências subjetivas diferentes, porém igualmente estruturantes para o bebê, o discurso dominante ainda mantém o pai à margem das práticas de cuidado. Essa ausência empobrece o campo de desenvolvimento emocional da criança e sobrecarrega a mãe com a totalidade da função parental.

A responsabilização quase exclusiva das mulheres pelos cuidados infantis, evidenciada nas escutas realizadas, não é uma escolha individual, mas sim o resultado de uma construção histórica e cultural. Biroli (2018) aponta que o cuidado é profundamente marcado pela divisão sexual do trabalho, na qual a responsabilidade com o corpo, as emoções e o bem-estar das crianças foi atribuída às mulheres, como uma extensão de sua “natureza” – uma ideia fortemente enraizada no imaginário coletivo. Para a autora, essa naturalização do cuidado feminino tem efeitos práticos e simbólicos: isenta os homens da corresponsabilidade e sobrecarrega as mulheres, reforçando as desigualdades de gênero.

⁸ O imaginário coletivo refere-se ao conjunto de imagens, símbolos, ideias e crenças compartilhadas por um grupo ou sociedade, que influenciam a forma como os sujeitos percebem o mundo, relacionam-se e atribuem sentidos às experiências. Ele opera de maneira inconsciente e está presente nas representações sociais, culturais e afetivas (Durand, 1997).

Chodorow (2002), ao discutir a reprodução social da maternidade, argumenta que as mulheres aprendem a cuidar a partir da experiência de terem sido cuidadas por outras mulheres – criando um ciclo de identificação que reforça a associação entre o feminino e o cuidado. Em contraponto, os homens são frequentemente privados dessa vivência relacional na infância e na socialização, o que os distancia do lugar do cuidado e reforça o papel da mulher como cuidadora principal. Essa lógica, segundo a autora, não é biológica, mas psíquica e social, e pode ser transformada quando as funções parentais são compartilhadas desde o início, o que requer mudanças subjetivas e estruturais.

Saffioti (2004), ao argumentar sobre o patriarcado e sua influência nas relações sociais, ressalta que o trabalho realizado pelas mulheres é, muitas vezes, invisibilizado, por ser considerado “natural” e não um trabalho propriamente dito. Essa invisibilização sustenta uma sobrecarga que, ao ser normalizada, impede o avanço da corresponsabilidade e perpetua a exclusão dos homens da esfera dos afetos e cuidados diários.

Iaconelli (2020) também contribui para esse debate, ao apontar que o campo da maternidade é atravessado por fantasias culturais e inconscientes que insistem em representar a mãe como a única figura capaz de reconhecer e atender plenamente às necessidades do bebê. Essas fantasias, que não são apenas individuais, mas compartilhadas socialmente, colocam sobre as mulheres uma expectativa de completude no cuidado que é humanamente insustentável. Ao escutar as mães no contexto do BLH, percebe-se como essa expectativa se traduz em angústia, culpa, solidão e sobrecarga.

Na experiência extensionista, a figura paterna aparece nas escutas apenas uma vez e como alguém que “ajuda”, termo que carrega em si a ideia de que o pai é um apoio eventual, e não parte constitutiva da parentalidade. Isso reforça o que Iaconelli (2020) chama de ausência estruturante, ou seja, uma ausência que não se limita ao espaço físico, mas que opera na linguagem, no imaginário e na organização simbólica⁹ do cuidado. Nessa mesma perspectiva, Biroli (2018) e Chodorow (2002) apontam como parte de um imaginário coletivo, que sustenta o mito da incapacidade paterna, uma crença cultural que posiciona o pai como naturalmente menos apto para o cuidado infantil, reforçando a ideia de que sua participação é opcional ou eventual.

⁹ A organização simbólica diz respeito à forma como os significados sociais são distribuídos e consolidados culturalmente, estruturando o lugar dos sujeitos nas relações e instituindo expectativas sobre comportamentos, afetos e funções. No campo da parentalidade, essa organização atribui sentidos hierárquicos aos papéis de mãe e pai, reforçando desigualdades no cuidado (Roudinesco, 2003).

Roudinesco (2003) afirma que a função paterna, historicamente ligada à autoridade e à lei, passou por transformações importantes nas últimas décadas, mas ainda encontra resistência em se vincular ao cuidado cotidiano e afetivo. O lugar do pai permanece, em muitos contextos, como o daquele que provê ou supervisiona, e não como aquele que cuida diretamente.

Costa (1999) amplia essa análise ao destacar que a fragilidade dos laços afetivos contemporâneos está diretamente ligada a uma cultura que pouco ensina aos homens sobre a intimidade e o cuidado. Estes, em sua maioria, são socializados para o distanciamento emocional, o que resulta em relações parentais marcadas pela ausência, pelo silêncio ou pelo afastamento. Essa construção cultural do masculino não apenas os separa do cuidado, como também lhes retira a possibilidade de uma experiência subjetiva rica com a paternidade.

Desse modo, a exclusão masculina do cuidado infantil não é uma falha natural, mas uma falha social e, como tal, pode ser transformada. Essa transformação, no entanto, depende da responsabilização efetiva dos homens, tanto no nível individual quanto coletivo. Costa (1999) argumenta que, ao negar aos homens o acesso à intimidade e ao afeto, a cultura patriarcal também os priva de vivenciar formas mais profundas de relação. Assim, incluir os pais no cuidado, desde os primeiros momentos da vida do bebê, é, também, uma forma de ampliar o campo de experiência subjetiva dos próprios homens, permitindo que se impliquem emocionalmente na parentalidade e contribuam para o desenvolvimento psíquico dos filhos de maneira ativa e transformadora.

O cuidado paterno, portanto, não deve ser entendido como um apoio esporádico ou como uma ajuda eventual, mas como uma função legítima, estruturante e necessária. A corresponsabilidade dos pais nos cuidados diários – seja oferecendo suporte emocional à mãe, participando das decisões sobre a amamentação, alimentando o bebê com leite ordenhado ou fórmula, ou simplesmente estando presente com sensibilidade – é parte da construção de um ambiente suficientemente bom, como proposto por Winnicott. Deslocar o pai da posição de coadjuvante para a de protagonista no cuidado infantil é uma tarefa ética e política, que diz respeito à saúde psíquica das crianças, à equidade de gênero e à humanização das relações familiares.

Portanto, ao articular a teoria psicanalítica, a escuta sensível e a experiência extensionista, este trabalho evidencia que, embora seja a mãe quem amamenta o bebê, o cuidado infantil não é uma responsabilidade única e biológica da mulher, mas uma função humana relacional e compartilhável. Questionar esse lugar do pai como quem “ajuda” é, também, questionar os alicerces simbólicos que sustentam a desigualdade de gênero desde o início da vida de uma criança. É urgente deslocar a ideia de que o pai “ajuda”, para uma perspectiva de

corresponsabilidade afetiva e relacional, como afirma Biroli (2018), somente com a redistribuição do trabalho do cuidado será possível transformar as relações familiares, sociais e subjetivas de maneira mais justa e equitativa.

Além disso, é importante reconhecer que o próprio BLH, como espaço de cuidado em saúde, também pode reforçar essa lógica de centralidade feminina. Durante a experiência, observou-se que apenas as mães eram recebidas na sala de orientação ao aleitamento, enquanto os pais permaneciam do lado de fora. Essa organização institucional, ainda que não intencional, contribui para a exclusão dos homens do processo de aprendizagem e acompanhamento da amamentação, naturalizando que a mulher seja a principal – quando não a única – responsável por esse movimento.

Outro aspecto relevante foi a composição do próprio grupo de extensionistas, formado exclusivamente por mulheres. Essa configuração reflete o quanto o campo do cuidado ainda é socialmente associado ao feminino. Embora atualmente haja maior interesse de estudantes homens em participar, o cenário observado também pode reproduzir as desigualdades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no BLH/HC-UFU configurou-se como um espaço de aprendizagem singular, pois possibilitou a articulação da teoria psicanalítica com situações concretas de cuidado em saúde. Ao acompanhar a dinâmica da parentalidade no contexto da amamentação, tornou-se evidente que a psicanálise pode se deslocar do consultório tradicional e assumir potência também em espaços institucionais e comunitários, produzindo efeitos significativos no acolhimento das mães e acompanhantes no BLH/HC-UFU.

Nesse processo, a escuta sensível diante das mães atendidas exigiu não apenas acolhimento, mas também a sustentação de afetos, silêncios e deslocamentos. Tais desafios evidenciam a importância da supervisão grupal e da reflexão teórica como fundamentos da prática extensionista, reafirmando-a como um campo formativo que integra experiência, elaboração e produção de sentidos.

Do ponto de vista da temática discutida, o estudo evidencia a urgência de ampliar o olhar sobre a parentalidade, deslocando a paternidade da posição de “ajuda” para a de corresponsabilidade. Sugere-se que futuras práticas e pesquisas considerem não apenas a presença ou ausência do pai, mas também modos como as instituições de saúde podem favorecer ou dificultar sua participação efetiva nos cuidados com o bebê.

Assim, a extensão universitária mostrou-se um campo potente de formação ética e política, ao mesmo tempo em que contribuiu para tensionar discursos naturalizados pela sociedade sobre gênero e cuidado. O trabalho aponta, portanto, para a necessidade de fortalecer práticas que promovam a inclusão paterna no cuidado infantil, de modo a favorecer relações familiares mais equitativas e experiências subjetivas mais ricas para mães, pais e bebês.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. A paternidade. *In*: ABERASTURY, Arminda; SALES, Eduardo J. (Ee.). **A Paternidade: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 41-87.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLEGER, José. **Psicanálise e dialética materialista**. Ribeirão Preto: Artes Médicas, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTOLDI, Luciana, GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 247-259, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-737222105008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/FLjqswwtvXHDGL7v4Khqj4n/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender**. Oakland: University of California Press, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Porto Alegre: Graal, 1999.

DETHIVILLE, Laura. O pai suficientemente simbólico. *In*: ROSA, Claudia Dias (Org.). **E o pai? Uma abordagem winnicottiana**. São Paulo: DWWW Editorial, 2014. p. 93-106.

FIGUEIREDO, Isabela Fregonesi; VITALLI, Juliana dos Santos; CLEMENS, Juçara. A escuta sensível em um banco de leite humano: Contribuições da experiência em um projeto de extensão para a formação acadêmica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 135-150, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-2024-72815>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/72815>. Acesso em: 13 ago. 2025.

FIOCRUZ. **Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano**. Detalhamento mensal. Disponível em: <https://rblh.fiocruz.br/detalhamento-mensal-0>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FREUD, Sigmund. O ego e o id. *In*: FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)**, vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: Para quê? **Instituto Paulo Freire**, notícias, São Paulo, 28 ago. 2021. Disponível em: <https://paulofreire.org/9-noticias/247-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 21 out. 2024.

HEIMANN, Paula. On counter-transference. **International Journal of Psychoanalysis**, London, v. 31, p. 81-84, 1950.

HERRMANN, Fábio. Clínica extensa: Estudos psicanalíticos. In: BARONE, Leda Maria Codeço (Coord.). **A Psicanálise e a Clínica Extensa**. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 2001. p. 17-32.

HERRMANN, Fábio. **Introdução à teoria dos campos**. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 2004.

BARONE, Leda Maria Codeço *et al.* **A Psicanálise e a Clínica Extensa. III Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 33.

IBGE. (2024). **Estatísticas de famílias e domicílios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br>

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à Função Materna**. São Paulo: Zagodoni, 2020.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Revista de Extensão da UFMG**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 out. 2024.

BELTRAME, Greyce Rocha; BOTTOLI, Cristiane. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 205-226, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100012. Acesso em: 2 jun. 2024.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. São Paulo: Zahar, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Priscila Palma *et al.* A percepção das mães sobre o apoio paterno: influência na duração do aleitamento materno. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 392-399, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822012000300002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rpp/a/xsPF7knzkztCgH9CDhR8nMt/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

TAMEIRÃO, Mariana Abreu. **A participação do pai no aleitamento materno**. 2012. 22 f. Monografia (Especialização em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9DPENC?locale=pt_BR. Acesso em: 24 fev. 2025.

WINNICOTT, Donald W. O papel do pai no desenvolvimento afetivo do bebê. *In*: WINNICOTT, Donald W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 117-122.

WINNICOTT, Donald W. O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. *In*: WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. p. 153-162.

WINNICOTT, Donald W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional Trad. Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 2006.